



COROA, IGREJA E CIÊNCIA: ALTERNÂNCIA DA DINÂMICA ADMINISTRATIVA DA COROA PORTUGUESA NOS SERTÕES DO PIAUÍ DO SÉCULO XVIII

Crown, Church and science: Alternation of the administrative dynamics of the Crown in the backlands of Piauí

Pedrina Nunes Araújo*
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
DOI: 10.29327/256659.16.2-21

RESUMO:

durante o século XVIII, a Coroa portuguesa incorporou uma lógica de produção de conhecimento atrelada ao ideal iluminista e, a partir dessa lógica, executou a administração de seus territórios coloniais. Essa dinâmica global foi observada no contexto local desde a criação da Capitania do Piauí. Contudo, em período anterior, a participação dos bispos já tinha se firmado de modo relevante no processo de conquista e de construção do território colonial piauiense. O exemplo mais evidente desse fato destaca a atuação de D. Frei Manuel da Cruz, responsável por prover a maioria das freguesias do território, além de estabelecer contato direto com as populações quando realizava visitas pastorais pelos sertões, coletando o máximo de informações acerca dos lugares por onde passava. O exemplo citado demonstra de que modo a Igreja era utilizada pela administração portuguesa para realizar esse tipo de trabalho. Todavia, essa dinâmica se alterou quando Portugal resolveu entrar na rede de produção da ciência e do conhecimento, construindo um tipo de administração régia mais ilustrada. Assim, o presente artigo tem como objetivo demonstrar como a alternância de postura administrativa ocorreu no território leste do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e passou a ser executada quando, em 1758, o rei D. José I resolveu criar a Capitania do Piauí. Com isso, a Coroa utilizou o conhecimento adquirido para construir vilas, delimitar fronteiras, elaborar um conhecimento cartográfico da região, conhecer a natureza e dispor da posição do bispado do Maranhão atrelado à lógica de Estado.

Palavras-chave: Coroa Portuguesa; Capitania do Piauí; Igreja Diocesana; Ciência.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Oeiras-PI. E-mail: pedrinanunes@gmail.com

INTRODUÇÃO

A primeira decisão administrativa de grande relevância que caracteriza o contexto de mudanças elaborado pela Coroa foi a criação da Capitania do Piauí, ou seja, esse território, antes pertencente à Capitania do Maranhão, tornou-se independente e ainda conectado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Antes da criação da capitania, as instâncias do poder temporal existentes no território do Piauí contavam somente com a Vila da Mocha como sua única referência de poder. No entanto, no mesmo período, o território possuía sete freguesias em pontos diferentes.

A partir do exemplo citado, podemos perceber a disparidade entre a malha diocesana e o poder secular. O cenário sofreu mudanças quando o rei D. José I resolveu aplicar no Piauí o seu projeto de implementação das reformas administrativas, também conhecido como reforma pombalina. O poder econômico dos jesuítas fortaleceu as justificativas que motivaram a inserção do Piauí nas reformas administrativas do rei D. José I. Desde 1711, a parte centro-sul do território da capitania permaneceu sob o domínio dos jesuítas, pois o sesmeiro Domingos Afonso Sertão destinou todas as suas fazendas para o espólio do colégio da Companhia de Jesus.

Este artigo discutirá duas questões acerca da construção do território do Piauí e da disposição administrativa do poder régio para a região. O tópico *Os bispos e suas dioceses como instrumentos da dinâmica do poder monárquico* visa discutir o papel desenvolvido pelos bispos para a consolidação e afirmação do poder régio nos territórios coloniais. Os prelados, enquanto agentes do rei, desempenhavam suas atividades religiosas alinhados aos interesses políticos do monarca.

Na sequência, o tópico *As reformas pombalinas e os agentes seculares como instrumento da alternância administrativa no Piauí colonial* desdobrará as análises para o contexto de mudança nas ações da Coroa em relação à Capitania do Piauí, observando as estratégias da monarquia para executar um trabalho administrativo mais próximo a um conhecimento racional, destacando como fundamento os conhecimentos científicos para racionalizar as ações sobre os territórios.

OS BISPOS E SUAS DIOCESES COMO INSTRUMENTOS DA DINÂMICA DO PODER MONÁRQUICO

Há muito tempo, a historiografia se preocupa em explicar a conquista portuguesa em diferentes territórios de seu império ultramarino. Maria Fernanda Bicalho, por exemplo, ao expor os modelos de conquistas executados pela Coroa Portuguesa nos territórios ultramarinos, destacou que pelo menos dois merecem destaque. O primeiro, associado às ocupações militares no Marrocos, na Ásia e África, realizadas ao longo do século XVI, tinham como objetivo estabelecer o controle das rotas comerciais nas encostas dos territórios conquistados. Tempos depois, isso possibilitou a criação do Estado da Índia. O segundo modelo caracterizou-se pela ocupação territorial a partir das concessões de terras aos donatários, além do estabelecimento de capitanias, ouvidorias e câmaras coexistentes com as paróquias eclesiásticas providas pelo poder régio, em função do padroado (Bicalho, 2017, p. 211).

Dessa forma, os fatores que mais determinaram a conquista colonizadora do território onde se fundaria o Piauí devem estar condicionados ao segundo modelo. Esse elemento o insere no panorama das histórias conectadas. Portanto, o interesse deste tópico visa demonstrar a atuação das dioceses a partir das ações executadas pelos agentes eclesiásticos, principalmente os bispos, no processo de conquista do espaço colonial do Piauí, colaborando para a dinâmica colonial da Coroa no que se refere à construção do território e da territorialização daquilo que se tornaria a Capitania do Piauí.

Entender a formação do poder das Coroas Ibéricas arregimenta uma compreensão acerca do desenvolvimento da Igreja Católica em contato com as populações nas dinâmicas de circulação articuladas por essas Coroas a partir do século XVI. Muitos estudos focam o caráter militante dessa Igreja quando expõem as alianças formuladas com a Coroa Ibérica (BOXER, 2007), mas não evidenciam a importância fulcral do episcopado nesse processo.

A importância da Igreja Católica na estratégia da colonização incorporada pela Monarquia Ibérica levou em consideração o grande potencial cultural dos grupos indígenas e a relação com seus territórios. Desse modo, atraí-los enquanto “parceiros” seria muito mais vantajoso do que o combate. Isso não significou a inexistência de conflitos, mas esclarece que, diante da diversidade étnica dos povos, dos desafios naturais que desarticularam as investidas de instalação das colônias e do desconhecimento dos caminhos nesses territórios, seria muito mais eficiente criar alianças. A Igreja responderia perfeitamente a esses interesses, afinal,

através da catequização e do exercício dos sacramentos aos cristãos, o clero estaria no seio da vida cotidiana daquelas gentes.

Conforme explicou Boxer, a aliança entre Igreja e Coroa foi se constituindo a partir de um sentimento ufanista por parte de Portugal. Por exemplo, a necessidade de expandir e difundir pelo mundo a religião católica. Essa crença se tornou real a partir do momento em que os papas foram concedendo direitos e deveres através de bulas papais: “à Coroa de Portugal na qualidade de patrocinadora das missões católicas e dos estabelecimentos eclesiásticos missionários na África, Ásia e Brasil” (Boxer, 2007, p. 89)

Desde o reinado de D. Manuel I, a Igreja e seus bispos foram considerados verdadeiros instrumentos de afirmação da ordem e do poder do rei (Paiva, 2006, p.171-172). Ao longo da história moderna do reino português as conexões administrativas com os territórios ultramarinos foram estabelecidas também com a presença dos bispos. Entretanto, eram executadas muitas vezes em circunstâncias específicas dos territórios, pois os antístites tinham como missão servir à Coroa. Para o historiador José Pedro Paiva, os prelados eram “feituas do rei” e estavam prontos a servi-lo.

Os bispos tinham certo poder sobre as populações e isso se dava porque estavam à frente de uma instituição que era nutrida por um sistema de crenças; sistema este que estabelecia o que era ou não sagrado. A Igreja e as elites dominavam esse sistema de crença (Paiva, 2006, p. 171-172). Clifford Geertz explica que o poder da religião, a partir de uma perspectiva antropológica, sustenta-se porque ela é um

sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (1978, p. 105-106).

Os símbolos religiosos atuavam para estabelecer a conexão entre o sagrado e a realidade, forjando a existência desse sagrado na realidade. Dessa forma, controlar esse sistema de crença era o papel da Igreja e a Coroa tinha consciência desse poder penetrante da religião na vida social dos sujeitos. A maneira de promover essa abordagem de crença ocorria a partir da existência de uma hierarquia muito bem estabelecida, que condicionava os agentes eclesiásticos a obedecerem sempre aos seus superiores (Paiva, 2006, p. 171), pois havia uma consciência de que “pelo hieratismo, pelo gesto hierarquizado, constrói-se o rito que estabe-

lece a conservação da ordem” e “o governo simbólico é a maior eficácia constituída a partir de um sistema cultural” (Paiva, 2006, p. 172)

Todavia, essa hierarquia não andava separada da figura do rei, a quem todos da Igreja deviam obediência. Em Portugal, essa relação dos bispos com a Monarquia intensificou-se após a morte do cardeal-rei. D. Henrique e a partir das estratégias políticas do rei D. Filipe II, que buscava conseguir o apoio dos prelados metropolitanos com o objetivo de afirmar-se no poder. Assim, criou-se uma lógica política onde o rei utilizava do poder atribuído ao padroado para escolher o antístite que o servia em troca do conjunto de “mercês e rendimentos que eles podiam utilizar para recompensar aqueles que melhor os serviam” (Paiva, p. 173). Esse foi o *modus operandi* dos reis quando o interesse era, sobretudo, a expansão do império português no ultramar.

Existem poucos estudos na historiografia regional da Amazônia que tomem como objeto de análise a atuação dos prelados nos processos de conquistas e expansão das fronteiras colonizadoras. Contudo, observam-se outras vertentes que subsidiaram as pesquisas a respeito da colonização na chamada América Equatorial. Foi a partir dessa lacuna que a ideia para a elaboração de um trabalho de tese foi ganhando forma¹. Os bispos das dioceses de Olinda e do Maranhão atuaram verdadeiramente como agentes do rei. Eles nutriam objetivos muito claros nos projetos eclesiais de expansão da malha diocesana para que esta estivesse à serviço da Coroa.

O território colonial do Piauí foi se constituindo por meio do desempenho dos antístites ao criarem freguesias, capelas e expandirem a Justiça Eclesiástica. Duas frentes colonizadoras que ocuparam os sertões do Piauí tiveram o envolvimento de seus respectivos episcopados. A frente colonizadora vinda do Estado do Brasil teve na figura do bispo de Olinda, D. Frei Francisco de Lima, um agente atento às necessidades dos fiéis. Já a frente colonizadora vinda do Estado do Maranhão encontrou em D. Frei Manuel da Cruz sua principal referência.

Ao escrever sobre a conquista da América Portuguesa foi necessário pensar em questões que envolvessem também a chamada Conquista Espiritual atrelada às condições da tridentização dos territórios no ultramar. De acordo com Bruno Feitler, duas vertentes dessa discussão ganham destaque nesse arcabouço historiográfico: a primeira concentra-se na atu-

¹O Meu trabalho de tese intitulado DIOCESE NO SERTÃO: a colonização espiritual do Piauí Amazônico - freguesias, capelas e justiça eclesial no século XVIII foi desenvolvido a partir da lacuna de estudos acerca da atuação da Igreja diocesana através dos bispos nos processos de conquista e construção dos territórios coloniais. Em relação à historiografia piauiense, essa discussão ainda não existia.

ação dos jesuítas a partir dos trabalhos de missionaçã, apontados como os iniciadores desse processo — ainda que seja possível saber que os episcopados eram imbuídos dessa responsabilidade. Um segundo entendimento resvala na promulgaçã das Constituições do arcebispado da Bahia, em 1707, pelo arcebispo Sebastião Monteiro da Vide.

Segundo Bruno Feitler, essa normatizaçã sempre esteve presente desde os primeiros séculos de colonizaçã. Porém, deve ser entendida sob os aspectos que relativizam a norma por conta das conjunturas que, em muitas ocasiões, passavam por adaptações, variações, avanços e recuos (2012, p. 157-173). Mas o que é sabido, é que os bispos sempre estiveram presente desde os primeiros séculos de colonizaçã e não somente a partir das Constituições dos Arcebispado da Bahia.

AS REFORMAS POMBALINAS E OS AGENTES SECULARES COMO INSTRUMENTO DA ALTERNÂNCIA ADMINISTRATIVA NO PIAUÍ COLONIAL

Sabemos que a modernidade foi marcada pela estruturaçã do poder dos Estados Absolutistas. Segundo Perry Anderson, esse mesmo Estado é resultado de um reajustamento das forças das antigas elites feudais assombradas pela crise econômica dos séculos XIV e XV. Essas mudanças deram início ao fim do feudalismo, demonstrando as dificuldades e os limites do modo de produçã feudal. O que indica também que “durante toda fase inicial da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da época medieval: aristocracia feudal” (Perry, 2004, p. 18). Para o referido autor, o poder das antigas nobrezas permaneceu, mas organizado através de novas estruturas. Essa dimensã do poderio absolutista passou a sofrer transformações a partir do século XVIII sob a influênciã direta do iluminismo e da incorporaçã da ciência junto às administrações régias.

O século XVIII, historicamente chamado de “século das luzes”, reflete o momento em que a visã de mundo dos sujeitos na sociedade estaria cada vez mais distante das influências religiosas. Assim, a Coroa portuguesa seguiu a mesma corrente, tornando-se uma das representantes nas dinâmicas globais que caracterizaram esse contexto. Desse modo, o sentido da racionalidade passou a influenciar todas as esferas administrativas daquela monarquia. A partir desse processo, as metrôpoles passaram a forjar espécies de redes de produçã do conhecimento científico.

As redes de produção do conhecimento científico tiveram como principal cenário de atuação os territórios coloniais e, a partir do contato que desenvolveram com esses espaços, suas populações e seus saberes, passaram a forjar e constituir um novo paradigma discursivo que associaram à ciência (Machado, 2000, p. 1). Essa foi a ideia defendida por Mary Louise Pratt em “Os Olhos do Império”, obra em que a autora examina relatos de viagens produzidos por agentes contratados pelas Coroas nos territórios coloniais e, por meio dessa análise, percebe a existência desse tipo de articulação.

Kapil Raj também questionou as bases epistemológicas eurocêntricas acerca daquilo que se convencionou chamar de ciência moderna como sendo um paradigma “de discurso hegemônico do poder ocidental, uma formação discursiva através da qual o resto do mundo está ao mesmo tempo subjugado e relegado ao controle do outro binariamente oposto” (2007.156a). Segundo o autor, isso desencadeou a concepção de uma ciência ocidental pautada por uma imposição racional sobre outras culturas consideradas não científicas.

As historiadoras Ângela Domingues e Patrícia Alves (Domingues; Alves, 2021) explicam que, nos últimos anos, a historiografia vem desenvolvendo novas formas epistemológicas de interpretar a produção de conhecimentos durante o Século das Luzes (séc. XVIII). Essa nova forma inclui como elemento a ser analisado as ações exercidas por diversos sujeitos locais que compunham as expedições científicas; estes indivíduos detinham um tipo de conhecimento que os europeus não dominavam.

Segundo Lorelai Kury, no século XVIII, o Iluminismo não foi marcado somente pelos aspectos relacionados às ideias ou à filosofia, mas também às questões direcionadas à circulação de textos e ao conjunto de práticas administrativas que passaram a racionalizar as ações do Estado e a “conhecer e controlar as populações, as produções, os fluxos e os usos das mercadorias” (2004, p. 110). Esse movimento foi global, com destaque para a França e Inglaterra como as maiores lideranças nesse processo.

Os ideais de racionalidade que pautaram a ciência europeia foram aplicados de forma que os saberes locais deveriam ser utilizados somente para a fundamentação material dessa ciência, mas sem o reconhecimento adequado aos sujeitos detentores desse conhecimento. Tais ideais constituíam os saberes locais como inferiores, sem fundamento científico. Podemos interpretar esses elementos como integrantes da lógica do conhecimento europeu. Portanto, o caráter utilitário e prático que pautava os “ilustrados luso-brasileiros se vincularam às correntes utilitaristas do pensamento iluminista. A escolha dos temas e das correntes de pen-

samento a serem seguidas privilegiou o lado prático da ciência e da filosofia, em detrimento de correntes mais propriamente políticas” (Kury, 2004, p. 110).

Na Amazônia portuguesa foi possível observar o movimento mencionado quando a expedição científica capitaneada por Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista luso-brasileiro, percorreu os territórios de várias capitanias da Amazônia colonial em busca de informações dos saberes locais a respeito da natureza. Segundo Gabriela Berthou, ao estabelecer contato com as populações indígenas, o naturalista sabia da importância que os conhecimentos dos nativos locais teriam para sua expedição. Porém, ao mesmo tempo, estabelecia um entendimento hierárquico acerca dos sujeitos, pois acreditava que os indígenas mais próximos dos portugueses eram detentores de certa civilidade (Almeida, 2024, p. 7). A autora questiona a postura e a prática desses homens da ciência, principalmente Alexandre Ferreira, pelo fato de entenderem os indígenas como simples portadores de informações sobre os lugares e a natureza, sem considerar todo o acervo como “conhecimentos, os quais poderiam ser reelaborados em contato com outras ideias e formas de pensar” (Almeida, 2024, p. 7).

Ou seja, não havia um lugar de igualdade entre os indígenas e os outros homens (destaca-se aqui o europeu) no que se refere à produção do conhecimento, pois os indígenas eram utilizados apenas como informantes, sem importância na construção do saber.

Tal praticidade utilitária acerca dos saberes locais na capitania do Piauí também foi praticada por agentes eclesiásticos, como foi o caso do bispo D. Frei Manuel da Cruz que, ao se referir à fronteira leste do território do bispado do Maranhão, mencionou que o limite com o bispado de Pernambuco seria a Serra da Ibiapaba, que por conta das águas vertentes que iam até o rio Parnaíba corresse para o Maranhão. No caso das águas vertentes a Acaracu, e Camocim corresse para Pernambuco. Na região sul, o bispo escreveu ao rei explicando que águas vertentes junto ao rio Paraim, além de outros riachos devem correr rumo à grande lagoa de Parnaguá para este bispado, já águas vertentes ao Rio Grande do Sul, e fazem barra no rio São Francisco pertencem o bispado de Pernambuco (Araújo, 2023, p. 164-165)

Este conhecimento empírico do bispo foi muito importante para a definição dessas fronteiras. Porém, Foi preciso aproximação com as populações locais, já que quando o povo o procurava em busca dos sacramentos, D. Frei Manuel sempre coletava informações acerca dos nomes das serras, e dos rios. Se o próprio bispo deveria dar ciência ao rei a respeito das informações sobre os rincões mais profundos daqueles sertões, era porque o trabalho realizado por ele deveria ser de suma importância para a Coroa. A busca por um conhecimento

mais apurado referente aos limites da colônia lhe serviu para um melhoramento da administração régia. Agente da monarquia, o bispo fez seu papel ao reportar informações de grande relevância sobre o território (Araújo, 2023, p. 165).

O conhecimento cartográfico foi um instrumento utilizado pela Coroa portuguesa para construir as definições das fronteiras e dos territórios. De acordo com Kapil Raj, ao mencionar o exemplo da Índia, a utilização do conhecimento cartográfico passou a ser implementada pelos britânicos para facilitar a penetração dos sertões durante o século XIX. Até então, as informações que possuíam a respeito do interior da Índia eram “colectadas pelos viajantes e com os missionários que encontravam no seu caminho, informando-se constantemente ou, com mais, alugando o serviço de guias locais” (Raj, 2021, p. 159). Na Capitania do Piauí, até a criação da mesma e a instalação do governo independente, esse tipo de trabalho foi realizado pelos bispos e pelo clero secular.

A fundação da primeira freguesia do Paiuí, em 1697², marcou o poder da monarquia através do padroado, que passou a exercer um controle mais próximo e presente naquelas terras. Em seguida, as ações de D. Frei Manuel da Cruz³ para ampliar a diocese também significaram a ampliação do poder régio sobre as populações nativas e coloniais da região. As reformas implementadas no território do Piauí durante a segunda metade do século XVIII podem ser interpretadas como um exemplo emblemático do que podemos chamar de alternância administrativa da Coroa portuguesa, em que os agentes seculares passaram a possuir mais espaço de atuação em detrimento dos agentes eclesiásticos.

²A primeira freguesia dos sertões do Piauí foi criada pelo bispo D. Frei Francisco de Lima, bispo da diocese de Olinda. O trabalho realizado pelo padre visitador Miguel de Carvalho, vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora do Cabrobó, que percorreu os sertões mais distantes de sua paróquia, constata que, nas regiões dos rios Canindé e Piauí, havia um número de 130 fazendas. Após esse levantamento da região, o bispo de Olinda ordenou a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Vitórias. Ver: ARAÚJO, Pedrina Nunes. DIOCESE NO SERTÃO: a colonização espiritual do Piauí Amazônico - freguesias, capelas e justiça eclesiástica no século XVIII / Orientador(a): Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2023.278 f.

³D. frei Manuel da Cruz foi o primeiro bispo a assumir a Diocese do Maranhão depois de quatorze anos de vacância. Sua importância como bispo deu-se por conta do ativo trabalho desenvolvido na diocese quando pôs em prática o desejo da Coroa de expansão dos domínios para o leste amazônico. Com a criação de mais freguesias e o fortalecimento da justiça eclesiástica, o poder espiritual desempenhou seu papel na colonização construído todo um cenário de conquista na região onde hoje é o Piauí. Ver: ARAÚJO, Pedrina Nunes. DIOCESE NO SERTÃO: a colonização espiritual do Piauí Amazônico - freguesias, capelas e justiça eclesiástica no século XVIII / Orientador(a): Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2023.278 f.

Em 1759, uma ramificação de um poder secular passou a ter presença mais ativa por todo aquele território, pois a Coroa entendia que os habitantes do Piauí viviam “em grandes distâncias uns dos outros sem comunicação como inimigos da sociedade civil, e do comercio humano, padecendo assim a descômodos” (AHU, Capitania do Piauí, doc. 457, flnº01). Essa situação se mostrava como um empecilho para a administração régia. Problemas como a pouca comunicação entre os moradores e as escassas trocas comerciais, como a compra e venda de escravos, prejudicavam o crescimento e o progresso da região.

Em 1754, um ofício enviado pelo Capitão General do Estado do Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça, oferecendo informações acerca das demarcações das terras dos jesuítas, demonstra uma das primeiras ações dos agentes seculares da Coroa, alinhados à nova política de administração dos territórios. Segundo Mendonça Furtado, ouvidor de Mocha durante esse período, por ordem de sua majestade, o rei D. José I, penetrou os sertões para realizar a demarcação das terras dos jesuítas, mas, quando alcançou as ditas fazendas, não foi bem recebido. O Capitão General do Estado explicou que, o “superior daquelas casas passa ao excesso de declarar por excomungado, por autoridade própria, o dito ministro, publicando uma declaratória por ele assinada” (AHU, Capitania do Piauí doc. 329). Com isso, ocorreu uma disputa entre os padres da Companhia e as autoridades locais, que só foi resolvida em 1759 (Roland, 2023). Tal circunstância demonstra o cenário de turbulência política que a Coroa tentou diminuir estabelecendo uma nova forma de administração para o território.

Dando continuidade à organização territorial do leste do Estado do Maranhão, o rei D. José I nomeou, em 31 de julho de 1758, o sargento de infantaria do Pará, João Pereira Caldas, como governador da Capitania do Piauí. O contexto da nomeação do novo governador antecedeu a expulsão dos jesuítas daquelas paragens, abrindo caminho para a instalação de uma instância de poder metropolitano que fosse capaz de consolidar as ações da Coroa. Conforme mencionado anteriormente, as autoridades locais tiveram dificuldades em executar as ordens do rei quando o ouvidor de Mocha foi demarcar as terras dos padres da companhia. O novo governador assumiria o cargo com patente de coronel, permanecendo por três anos e recebendo um soldo no valor de dois contos de reis por ano. O rei criou o novo governo com algumas limitações, posto que deveria responder diretamente ao governo do Estado do Grão Pará e Maranhão. Tal decisão fortaleceu ainda mais o vínculo daquela capitania com a Améri-

ca Amazônica, pois sempre pertenceu ao interesse da Coroa que o território do Piauí ficasse subordinado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará (AHU, Capitania do Piauí doc 358).

As determinações do rei podem ser observadas no ofício que João Pereira Caldas escreveu à corte portuguesa dando ciência das condições em que a Capitania do Piauí se encontrava. O governador fez questão de enfatizar as inúmeras confusões envolvendo autoridades locais quando estiveram em Mocha, resultando em roubos e arruinando toda a terra. Todavia, depois da criação da capitania e do trabalho desempenhado pelo desembargador Francisco Marcelino, todos os moradores passaram a ter acesso à justiça — o que foi negado anteriormente. Esses foram os registros de satisfação mencionados por João Pereira Caldas ao escrever para o secretário da Marinha e Ultramar.

O comércio da capitania, que se encontrava em estado deplorável por conta da baixa venda de carne de cavalos e gados, comparado à prática na Bahia, Pernambuco e nas Minas, fez com que o comércio na região dos sertões do Piauí fosse aniquilado. A pouca arrecadação da fazenda real do rei poderia ser interrompida se houvesse um crescimento dos dízimos. Porém, conforme destacou o governador, isso só aconteceria se a presença dos indígenas pelo território e nas freguesias fosse controlada. Por esse motivo, era necessário “limpar” a capitania da presença dos “gentios”. Essa postura explica o motivo da campanha desenfreada do administrador para a execução da continuidade da política de guerras contra os indígenas no Piauí na segunda metade do século XVII⁴.

O governador reclamou a respeito dos roubos praticados por parte de alguns ministros de Mocha no ato da demarcação das terras, fato que deixou muitos moradores empobrecidos. A dita autoridade era José Marques da Fonseca que, pela exposição do governador, os moradores concorriam com as fazendas da Companhia de Jesus⁵. A companhia direcionava todos os seus rendimentos para o colégio da Bahia, ficando na capitania apenas os rendimentos dos vaqueiros e posseiros (AHU, doc.381).

Segundo João Pereira Caldas, não havia nenhuma casa em Mocha para acomodá-lo e, por conta disso, ele precisou fazer uso dos recursos da Fazenda Real para realizar os reparos

⁴Segundo Vanice Siqueira, durante a primeira metade do século XVIII, essa foi a política utilizada pelos governadores do Maranhão para realizar o processo de expansão do Estado do Maranhão rumo ao leste do Estado. Após a criação da Capitania do Piauí, tal prática voltou a ser utilizada pelos governadores como forma de minar a presença indígena pelos sertões-sul do Piauí. MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas Guerras: Índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

⁵⁵ Os padres do Colégio Jesuíta da Bahia herdaram, depois da morte do potentado de Domingos Afonso Mafrense, trinta fazendas de gado, todas localizadas na parte centro-sul do território. Essas fazendas passaram a ser administradas pelos próprios jesuítas.

nas acomodações. No entanto, Pereira Caldas alertou não ter encontrado em Mocha um recebedor da Fazenda Real com subordinação ao Almojarifado do Maranhão, enfatizando ao rei que a capitania deveria ter seu próprio almojarifado. Portanto, a longa descrição dos acontecimentos citados por João Pereira Caldas dava ciência ao rei sobre a situação que teria encontrado quando tomou posse da nova capitania. Ele também revelou o quanto a instalação de um poder vigilante e mais próximo das populações daqueles sertões seria uma forma de diminuir as querelas, controlar os indígenas, melhorar a justiça e aumentar a arrecadação (AHU, doc 381). Sem dúvida, essa inconsistência administrativa impactou na arrecadação do Almojarifado do Maranhão, uma vez que, segundo Samir Roland, toda a produção das fazendas dos jesuítas tinha como destino a Bahia (2023, p.248b).

Além de um melhoramento na administração da nova capitania com a criação de um governo independente, a Coroa também priorizou a definição das fronteiras e do território, pois um dos “primeiros esforços governamentais para definir a leste do Estado do Grão-Pará e Maranhão surgem em meados do séc. XVIII, ligados diretamente à tentativa de estabelecer um maior controle sobre a comunicação e a produção econômica no interior do Brasil” (ASSIS, 2012, p. 80). Dessa forma, para uma melhor definição do território, foi necessário realizar uma coleta assídua de informações sobre esses sertões para que sujeitos alinhados ao conhecimento pudessem trabalhar com mais propriedade e ajustados à lógica de racionalidade iluminista da época.

Foi exatamente isso o que fez o governador João Pereira Caldas quando informou, via ofício, a quantidade de freguesias que existiam naquelas paragens. Segundo ele, a capitania contava com um número de sete freguesias, somadas à paróquia dos índios Jaicós. Na conformidade do rei, esse espaço deveria virar vila, juntamente com as freguesias de Parnaguá e Santo Antônio do Surobim. Entretanto, por conta do pouco tempo em que se encontrava no Piauí, não teve tempo de visitar outras freguesias. O governador também acrescentou a existência de um lugar de índios localizado na freguesia de Aroazes que, por conta da baixa população, deveria ser anexada à freguesia de Jaicós, para que esta ficasse maior. (AHU, doc 381). A preocupação do governador em aplicar as diretrizes do rei quanto à criação de novas vilas alinhava-se à necessidade de conhecimento do território e de suas populações, fato que ocorreu pouco tempo depois.

Nívia Paula Dias de Assis explica que a Coroa portuguesa passou a exercer práticas administrativas condizentes com uma racionalidade espacial que deveriam ser aplicadas nos

territórios coloniais (2012). Tal contexto gerou intensas movimentações pelos sertões com o objetivo de conhecer os territórios e estabelecer os limites entre eles, além de coletar informações sobre as populações desses lugares. Referente à Capitania do Maranhão, as pesquisadoras Soraia Dornelles e Pollyanna Gouveia escreveram sobre os espaços coloniais no Maranhão, com foco em duas vilas que resultaram em um mapa cartográfico. De acordo com as autoras, no interesse da Coroa

estava a obtenção de conhecimento sobre o território e as potencialidades de gêneros [...] O executor da tarefa, o desembargador e ouvidor geral, Manoel Sarmento, atendendo também a ofícios do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, percorreu os rios Itapecuru, Mearim e Grajaú [...] como resultado da empreitada, o administrador português entregava ao ministro de Estado e ao monarca um mapa da capitania e uma planta (Dornelle; Muniz, 2024, p. 228).

No caso dos sertões do Piauí, essa racionalidade espacial pode ser observada com o trabalho desenvolvido pelo engenheiro Henrique António Galúcio⁶. Contratado pela Coroa portuguesa para elaborar o mapa cartográfico do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ele foi encarregado, após cinco anos de atividades, de realizar o mesmo trabalho na Capitania do Piauí. Em carta, Galúcio explica que partiu rumo aqueles sertões “já com a ideia de emprender desde logo a construção do Mapa geográfico desta capitania por cujo respeito fui arrumando o rio Itapecuru, e todo o caminho de terra que me conduziu até esta vila” (AHU, Capitania do Piauí, doc 437, fl02).

Em sua carta, o engenheiro Henrique António Galúcio descreveu a metodologia utilizada por ele para obter os dados, estabelecer limites e construir o mapa geográfico da Capitania do Piauí. Explicou Galúcio que,

observando miudamente os rumos das estradas, medindo suas distâncias, e tomando frequentemente as alturas para latitude, e fazendo as observações de longitudes que me foi possível, assim pelos dois eclipses de sol acontecidos neste tempo, como pelos do primeiro satélite de Júpiter depois de serem observáveis (AHU, doc. 437. fl.03).

António Galúcio percorreu toda a região norte da capitania fazendo o mesmo procedimento descrito acima. Em seguida, desceu até a parte sul onde, segundo ele, perfaziam caminhos não praticados, ou seja, não conhecidos, para obter o máximo de informações que

⁶Engenheiro militar contratado pela Coroa portuguesa para executar serviços cartográficos pela América portuguesa. Ver: ASSIS, Nívia Paula Dias. A capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777). Natal- RN, 2012. Dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientadora: Dr^a Fátima Martins Lopes.

auxiliassem na elaboração do mapa cartográfico. A metodologia utilizada por António Galúcio era condizente com os modelos aplicados às atividades de agrimensura da época. Contudo, como explica Kapil Raj, essas práticas ditas científicas de construção de uma cartografia revelam uma imposição discursiva sobre os saberes dos autóctones a respeito dos espaços (2007, p. 156). Apesar de Galúcio silenciar em sua carta, bem como pelo fato de denominar os indígenas de gentios, apresentando-os como obstáculos em sua jornada, sabe-se que todas essas informações acerca dos lugares não foram obtidas sem o auxílio de um morador local; alguém com conhecimento dos rios, veredas e caminhos do sertão. Certamente, tratavam-se de indígenas.

Em um estudo recente acerca da toponímia indígena existente na Carta Geográfica do Piauí, Messias Santana e Neiliane Coelho identificaram um total de 456 topônimos, sendo 361 de origem não indígena e apenas 95 de origem indígena. No entanto, todos os nomes estavam em tupi. Os autores concluem também que muitos dos nomes dados aos lugares existentes na carta possuem um sentido utilitário (Santos Coelho, 2022, p. 136). Essas informações condizem com o silenciamento pautado à memória dos povos indígenas no Piauí. O fato da maioria dos nomes dados aos lugares estar ligada à origem portuguesa, quando, em contrapartida, os nomes de origem indígena estão em tupi, vai em contraposição a muitas questões acerca dos indígenas na Capitania do Piauí. O tupi era a língua indígena que os colonizadores mais conheciam e dominavam.

Assim, nomear os lugares fazendo uso do tupi sinaliza que esse foi o caminho mais fácil adotado pelo engenheiro Galúcio e sua comitiva, desconsiderando a diversidade desses povos. O caráter utilitário dado aos nomes também é outro indício que pauta o silenciamento do conhecimento e da presença indígena no território. A carta geográfica, ao tempo em que oferece uma noção da presença desses povos pela capitania, também silencia, já que toda informação é encaixada nos modelos científicos do contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação da Capitania do Piauí, a dinâmica administrativa no território mudou, ocorrendo uma movimentação maior de agentes seculares que, em determinados contextos, entraram em conflito com as autoridades eclesiásticas. Parte dessa Amazônia portuguesa foi, aos poucos, sendo anexada à outra estrutura de poder da Coroa, alinhando esse território aos interesses mais racionais da administração. O forte domínio econômico dos jesuítas e as tur-

bulências que enfrentaram com as autoridades seculares foram o estopim para que a Coroa portuguesa integrasse o Piauí nos projetos reformistas de Sebastião José de Carvalho. A chegada de João Pereira Caldas ampliou a conquista, resultando na divisão dos espaços de poder e dominação com o prelado do bispado do Maranhão. Durante a segunda metade do século XVIII, o referido bispado adentrou ainda mais os sertões do Piauí.

O jogo de alternância administrativa ficou bem demarcado após a chegada do governador João Pereira Caldas. Desde a criação da primeira freguesia, o trabalho executado pelos bispos era profundamente evidente. Todavia, no ano de 1759, por meio dos primeiros atos administrativos do novo governador, a dinâmica recebeu novas nuances. A partir daquele momento, o território do Piauí colonial conseguiu pequenas mudanças com a criação das vilas, intensificando também a atuação dos agentes seculares por aqueles sertões.

O primeiro registro cartográfico da Capitania, criado pelo engenheiro António Henrique Galúcio, foi uma das primeiras ações realizadas pelos agentes da Coroa no território. Esses agentes eram portadores de conhecimento e contratados para coletar o máximo de informações geográficas sobre o território da capitania para fins cartográficos. As técnicas utilizadas pelo engenheiro para execução do seu trabalho durante as expedições pelos sertões do Piauí demarcaram as principais características daquilo que se convencionou chamar de conhecimento científico da época. A carta cartográfica representou, em imagem, a imposição de um território colonial sobre os territórios indígenas. Com a chegada dos portugueses, o espaço indígena foi alterado e seu território inteiramente silenciado na representação cartográfica feita por Galúcio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. “Estas são plantas indígenas”: circulação de saberes sobre a flora na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. (1783-1792). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, V.50, n.1, p.1-17, jan-dez, 2024.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Porto: A Afrontamento. 1984.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. **DIOCESE NO SERTÃO: a colonização espiritual do Piauí Amazônico - freguesias, capelas e justiça eclesiástica no século XVIII** / Orientador(a): Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2023.278 f.

ASSIS, Nívia Paula Dias. **A capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777)**. Natal- RN, 2012. Dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande

do Norte. Orientadora: Dr^a Fátima Martins Lopes .

BICALHO, Fernanda, MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. In: (Org) XAVIER, Ângela Barreto, PALOMO, Federico, STUMPF, Roberta. **Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII)** – Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos. Lisboa, ICS, 2017, p.211.

BOXER, Charles. **A Igreja Militante e a expansão Ibérica: 1440 -1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DORNELLES, Soraia, MUNIZ, Pollyanna Gouveia. AS VILAS QUE NÃO SE CONCRETIZARAM: DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA PORTUGUESA (MARANHÃO, 1755). **Revista Tempos Históricos** • Vol. 28, n. 2 (2024) • e-ISSN: 1983-1463 DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v28i2.33413>

DOMINGUES, Ângela, MELO, Patrícia Alves. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. **Ler História**. Nº78, 2021. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7879>

Clifford Geertz. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, ZAHAR editores, 1978

FEITLER, Bruno. Quando chegou o Trento ao Brasil? In: **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares novos**. Lisboa, CHAMS,2012

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 281-289. 2000

MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas Guerras: Índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí** (primeira metade do século XVIII). Curitiba: Editora Prisma, 2017.

PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)**. Coimbra: IUC, 2006,

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulação. **Cultura** [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/877>; DOI: 10.4000/cultura.877. p. 155-179

KURY, Lorelai. Homens de ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1818). **História, ciência, saúde – Manguinhos**, vol.11(suplemento 1): 109-29,2004.

ROLAND, Samir Lola. As antigas fazendas jesuíticas: O transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para a feira de Capuame, Bahia (1769-1789). **SAECULUM - Revista de História** [v.28,n.49], João Pessoa, p. 245-262, jul/dez.2023, ISSN 2317-6725

SANTANA, Messias dos Santos, GOMES, Neiliane Coelho. TOPONÍMIA DE ORIGEM TUPI NO PIAUÍ NO SÉCULO XVIII: UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DA CARTA GEOGRAFICA DA CAPITANIA DO PIAUHI, E PARTE DAS ADJACENTES, DE GALLUZZI, 1761. **Revista de Letras Norte@mentos** Dossiê Temático: Onomástica, Sinop, v. 15, n. 40, p.129-145, out. 2022.

ABSTRACT:

During the 18th century, the Portuguese Crown incorporated a logic of knowledge production linked to the Enlightenment ideal and, based on this logic, executed the administration of its colonial territories. This global dynamic was observed in the local context from the creation of the captaincy of Piauí. However, in an earlier period, the participation of the bishops had already established itself in an important way in the process of conquest and construction of the colonial territory of Piauí. The most obvious example of this fact highlights the performance of D. Frei Manuel da Cruz, who was responsible for providing for most of the parishes in the territory, as well as establishing direct contact with the populations when he made pastoral visits to the backlands, collecting as much information as possible about the places he passed through. This example cited demonstrates how the Church was used by the Portuguese administration to carry out this type of work. However, this dynamic changed when Portugal decided to enter the network of science and knowledge production, building a more illustrated type of royal administration. Thus, this article aims to demonstrate how the alternation of administrative posture occurred in the eastern territory of the State of Maranhão and Grão-Pará, and began to be executed when, in 1758, King D. José I decided to create the Captaincy of Piauí. With this, the Crown used the knowledge acquired to build villages, delimit borders, elaborate a cartographic knowledge of the region, get to know the nature and dispose of the position of the bishopric of Maranhão linked to the logic of State.

Keywords: Portuguese Crown; Captaincy of Piauí; Diocesan Church; Science.

Recebido em 30/06/2025

Aprovado para publicação em 22/07/2025